



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Allan Gabriel Silva Domingues

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: UM ESTUDO DO INDICADOR KPA
2.4 DE AVALIAÇÃO DO PGMQ NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília, DF
2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-graduação

Professora Doutora Adalene Moreira Silva
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Allan Gabriel Silva Domingues

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: UM ESTUDO DO INDICADOR KPA
2.4 DE AVALIAÇÃO DO PGMQ NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF
2020

Allan Gabriel Silva Domingues

Auditoria Interna Governamental: Um estudo do Indicador KPA 2.4 de Avaliação do PGMQ na Universidade de Brasília / Allan Gabriel Silva Domingues – Brasília, 2020.

Orientador(a): Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2020.

Bibliografia.

1. Auditoria Interna 2. PGMQ 3. Governo Federal 4. Universidade de Brasília
I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Auditoria Interna Governamental: Um estudo do Indicador KPA 2.4 de Avaliação do PGMQ na Universidade de Brasília.

CDD –

Allan Gabriel Silva Domingues

AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: UM ESTUDO DO INDICADOR KPA 2.4
DE AVALIAÇÃO DO PGMQ NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Profa. Dra. Ducineli Régis Botelho
Examinadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sônia e Evandro, por terem me dado uma excelente educação e por sempre ter me dado suporte para conclusão dessa etapa.

À minha irmã, Karol, que acima de tudo é uma grande parceira, sempre me apoiando.

À minha namorada, Bia, que sempre esteve ao meu lado e que tanto me incentivou.

Aos meus amigos de curso, que ao longo desses anos, foram essenciais para o meu aprendizado e pelo companheirismo.

Agradeço, especialmente, ao professor Doutor Abimael Costa pela sua presteza, eficiência, paciência e compreensão. Agradeço também por me ajudar a aumentar meu conhecimento.

RESUMO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é o primeiro passo para que as atividades, auditorias e consultorias realizadas pelo órgão sejam eficazes e eficientes. Com esse documento bem elaborado, a equipe de auditoria interna poderá ter um melhor direcionamento na execução dos trabalhos durante o ano, focando na realização dos trabalhos, e não em seu planejamento. O PAINT também é um instrumento de transparência com relação aos trabalhos, que demonstra, entre outras informações quantas horas serão gastas em cada trabalho, bem como o montante dispendido em cada um. Como base para comparação e consequentes ações de melhoria foi utilizado o modelo de maturidade *Internal Audit Capability Model of the Public Sector* (IA-CM). Com relação ao PAINT ele estabelece que o plano deve ser baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas. Este estudo teve como objetivo analisar a institucionalização das práticas relativas ao PAINT e a aderência ao modelo do IIA, com base no indicador KPA 2.4 do IA-CM na Universidade de Brasília. Foi realizada pesquisa documental e entrevistas para a obtenção de evidências das práticas performadas pela equipe do órgão. Os resultados demonstram um alto grau de adequação às práticas propostas pelo IA-CM com relação ao KPA 2.4, com a execução e/ou implementação de 21 de 22 das verificações proposta pelo modelo na unidade, mas ainda há 1 processo que não está institucionalizado, além de 4 pontos que precisam ser melhorados e o Manual da Auditoria Interna implementado.

Palavras-chave: Auditoria Interna; PGMQ; Governo Federal; Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Matriz de uma página.....	17
Quadro 1 - Resultados da pesquisa documental	25
Quadro 2: Entrevista com o Auditor-Chefe e com os Auditores Internos.....	30

SUMÁRIO

RESUMO	7
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	8
SUMÁRIO	9
1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Problema da Pesquisa	12
1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....	13
1.3. Justificativa da Pesquisa	13
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1. Internal Audit Capability Model (IA-CM)	15
2.2. Auditoria Interna em Universidades Federais	19
2.3. Pesquisas Anteriores.....	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
3.1. Perfil da amostra.....	22
3.2. Procedimentos de análise.....	22
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	23
4.1. Auditoria Interna da UnB	23
4.2. Análise descritiva dos dados	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE(S)	37

1. INTRODUÇÃO

O *Internal Audit Capability Model for the Public Sector* (IA-CM) é um modelo de maturidade que visa a melhoria dos processos da atividade de auditoria interna do setor público. Esse modelo foi desenvolvido pelo *The Institute of The Internal Auditor Foundation Research* (IIARF) tendo como base o *Software Capability Maturity Model* (CMM) criado pelo Instituto de Engenharia de Software (SEI) da *Carnegie Mellon University*. (IIARF, 2009)

A estruturação do modelo IA-CM originou-se em recomendação emitida pelo Comitê do Setor Público do IIA, em 2004, para a criação de um modelo universal de avaliação de capacidade que reforçasse a importância da auditoria interna para a eficiência e efetividade da Administração Pública. (IIARF, 2009)

O modelo foi lançado em 2009 e atualizado em 2017. O modelo ilustra os níveis e estágios pelos quais uma unidade de auditoria interna governamental pode evoluir à medida que define, implementa, mede, controla, e melhora os seus processos e práticas. Sua lógica compreende uma estrutura em blocos encadeados, demonstrando a progressão dos macroprocessos-chaves a partir de uma UAIG menos madura para uma com capacidades fortes, estruturadas e eficazes.

Desse modo, o modelo IA-CM se presta a ser:

- uma ferramenta para avaliação e monitoramento da atividade de auditoria interna governamental;
- uma ferramenta de planejamento estratégico;
- um roteiro para o desenvolvimento de uma auditoria interna efetiva;
- um conjunto de “melhores práticas” a serem observadas; e
- um instrumento de promoção, comunicação e sensibilização sobre a auditoria interna aos tomadores de decisão

Segundo a Instrução Normativa SFC nº 3/2017, a UAIG deve instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), que contemple toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas, tendo por base os requisitos estabelecidos por este Referencial Técnico, os preceitos legais aplicáveis e às boas práticas nacionais e internacionais relativas

ao tema.

A instituição do PGMQ tem como objetivo promover “uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas”. Para cumprir a finalidade, a iniciativa deve contemplar avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna governamental.

No dia 18 de fevereiro de 2019, a Controladoria-Geral da União (CGU) publicou a Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019 com a deliberação da Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI nº 01/2019), conforme proposto em sessão realizada em 30 de janeiro de 2019, que recomenda às Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) a utilização da metodologia Internal Audit Capability Model (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA), como referência ao implementar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), previsto na Instrução Normativa SFC nº 3/2017, de 09 de junho de 2017. (BRASIL, 2019)

A CGU exerce, entre outras responsabilidades, as atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). Desse modo, o órgão avalia a execução de programas de governo; comprova a legalidade e avalia os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos federais; exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo. (BRASIL, 2020)

Segundo a IN 3/2017 (BRASIL, 2017), a atividade de auditoria interna governamental tem como objetivo que sua atuação possa contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Segundo Junior (2019), dentre as 63 universidades federais brasileiras pesquisadas há um total de 338 membros que compõem as unidades de auditoria interna, compostas por quantidade variável de membros e de cargos ocupados. A universidade federal com o maior número de membros de auditoria interna é a do Ceará (UFC) com 15 servidores e há seis instituições que apresentam apenas 2 profissionais no cargo citado.

De acordo com Júnior (2019), a distribuição dos cargos de auditoria interna nas Universidades Federais brasileiras é bem equilibrada quando se trata de gênero, visto que 51% são mulheres e 49% homens. Outra informação relevante é que dos 338 membros desse setor, a maioria é ocupada pelo cargo de auditor interno, com 43,79% do total. E o autor afirma que “o alto percentual de profissionais com formação que apresentam conhecimentos necessários para a execução da auditoria e lotados nas unidades de auditoria interna vai de encontro com o que está disposto na IN N° 3 da CGU”.

Com relação ao alto grau de formação dos profissionais atuantes nessa área, ainda segundo Junior (2019), é destacado que 90% (excluídos os estagiários) dos servidores possuem, no mínimo, nível superior. Esse dado se mostra ainda mais relevante quando percebemos que dentre 69 profissionais que ocupam cargos com requisito de nível médio, mais de 50% deles possuem graduação. Entre os que ocupam cargo de nível superior, 64% possuem ainda especialização, mestrado ou doutorado.

Segundo a IN 3, de 9 de julho de 2017, o propósito da atividade de auditoria interna governamental é aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, prestando serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos. O propósito é cumprido quando se exige profissionais qualificados para ocupação dos cargos e realização dos trabalhos, como pode ser percebido pelos dados apresentados, bem como a independência da auditoria interna.

1.1. Problema da Pesquisa

Considerando que, segundo a IN 3/2017, “a atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada de forma sistemática, disciplinada e baseada em risco”, com seus objetivos devendo ser definidos com base no trabalho em questão e tendo que corresponder com o propósito da atividade de auditoria interna e contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos institucionais e estratégias da Unidade Auditada.

A partir do contexto apresentado e com a ciência de que a auditoria interna da UnB tem que se adaptar ao novo modo de realizar os processos para que possa melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Isso beneficia a organização através de práticas de gestão internacionalmente aceitas, que adicionam valor e auxiliam a entidade no alcance de seus objetivos.

Desse modo, este estudo busca entender: Qual é o nível de maturidade da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador “Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas (KPA 2.4)” do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM)?

A avaliação do nível de maturidade da auditoria interna é importante para seu aperfeiçoamento, uma vez que possibilita o desenvolvimento de uma estratégia indicando um caminho para atingir uma função de auditoria mais eficiente em curto e em médio prazo (The World Bank & CONACI, 2016).

1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a institucionalização das práticas relativas ao PAINT e a aderência ao modelo do IIA, com base no indicador KPA 2.4 do IA-CM na Universidade de Brasília.

Os objetivos específicos são:

- a) Conhecer quais práticas e procedimentos do indicador “Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas (KPA 2.4)” são exigidos pelo modelo IA-CM;
- b) Detectar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador “Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas (KPA 2.4)” estão implementados na auditoria interna; e
- c) Indicar quais práticas e procedimentos de auditoria do indicador “Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas (KPA 2.4)” necessitam ser implementados na auditoria interna.

1.3. Justificativa da Pesquisa

A pesquisa se baseia no estudo de Andrade (2018) que verificou o nível de maturidade da auditoria interna da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE), a partir do modelo de capacidade para auditoria do setor público, IA-CM.

Audidores internos tem que se capacitar constantemente, e essa pesquisa ajuda no desenvolvimento profissional desses servidores, já que busca compreender onde se encontra a

AUDIN da UNB em relação ao modelo IC-CM que foi estabelecido pela CGU. Uma vez com esses dados, eles terão consciência do que já é feito de acordo com o modelo internacional e o que ainda precisa ser feito para que os processos da AUDIN fiquem de acordo com o planejado.

Todas essas melhorias beneficiarão não só os altos gestores em suas decisões, mas também os gestores de unidades auditadas, que receberão informações e relatórios melhor preparados e de acordo com um alto padrão estabelecido. Uma gestão mais eficaz e eficiente, como é um dos objetivos da atividade de auditoria interna, poderá fazer com que a universidade se desenvolva para um ambiente mais estruturado para receber novos e melhores alunos e pesquisas nas mais diversas áreas de atuação.

Adicionalmente ao benefício mencionado anteriormente, a pesquisa também contribui para a Ciência Contábil no Brasil, mais especificamente para a área de auditoria interna governamental. O estudo aborda uma abordagem contemporânea de modelo gestão de unidades de auditoria interna do setor público, uma metodologia utilizada mundialmente e que foi instituída pela CGU nos últimos anos. Com isso, é esperado que ao longo do tempo, a unidade institucionalize e estabeleça os processos propostos pelo modelo para que a gestão melhore cada vez mais, evoluindo nos níveis de maturidade do IA-CM.

Além disso, com o aprimoramento da gestão, os servidores também deverão se sentirem mais valorizados e dispostos em seus postos de trabalho, incluindo, em especial, os próprios auditores internos, que serão diretamente impactados por essas mudanças. A tendência e o que se espera é que processo de trabalho desses profissionais se tornem mais eficientes, com melhores serviços prestados tanto internamente para os gestores, quanto externamente, ajudando no controle social da gestão da universidade.

A pesquisa se justifica por meio da necessidade de atualização do processo de auditoria interna da Universidade de Brasília por parte da equipe de auditores internos, especificamente do indicador “Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas (KPA 2.4)” do modelo do Internal Audit Capability Model (IA-CM). Como já foi brevemente explicitado, o novo modelo tem o objetivo de melhorar a qualidade da informação gerada pela audin da universidade, entendendo onde se encontra atualmente no modelo IA-CM a partir dessa e de outras pesquisas, como as que estão apresentadas na seção

“Pesquisas Anteriores”, para que a equipe consolide suas forças para buscar processos mais robustos em termos de capacidade de análise e qualidade da informação gerada para universidade, podendo contribuir de maneira substantiva para a área analisada na auditoria em questão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Internal Audit Capability Model (IA-CM)

O Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para o Setor Público (IA-CM), que foi elaborado pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), tem como algumas de suas finalidades a identificação dos fundamentos necessários para que uma auditoria interna seja efetiva no setor público, de modo a fornecer um plano evolutivo para o seu desenvolvimento, com vistas a atender às necessidades do órgão e aos padrões profissionais estabelecidos para a atividade de auditoria interna.

O IA-CM surgiu a partir de uma recomendação do Comitê do Setor Público do IIA, em 2004, que solicitou um método de avaliação universal que enfatizasse o quão importante a auditoria interna é para o setor público. A ferramenta foi desenvolvida pelo *The Institute of Internal Auditors Foundation Research* (IIARF), com a ajuda de profissionais de vários países e com o apoio do Banco Mundial e do IIA. (Nota técnica)

O modelo foi lançado em 2009 e atualizado em 2017. O IA-CM demonstra os níveis e estágios pelos quais uma auditoria interna de um órgão do governo pode evoluir à medida que define, implementa, mede, controla, e melhora os seus processos e práticas. Seu método engloba uma estrutura em blocos encadeados, demonstrando a progressão dos macroprocessos-chaves de uma unidade de auditoria interna governamental menos madura para uma com capacidades fortes, estruturadas e eficazes. (Nota técnica)

O modelo IA-CM tem o objetivo de:

- Ser uma ferramenta para avaliação e monitoramento para a auditoria interna governamental;
- Auxiliar no planejamento estratégico;
- Ser um guia no desenvolvimento de uma auditoria interna efetiva;
- Demonstrar as “melhores práticas” a serem seguidas; e

- Promover e comunicar tomadores de decisão sobre a auditoria interna.

O IA-CM tem como objetivo determinar as necessidades básicas de auditoria interna e sua estrutura visa a efetiva implementação desta atividade no setor público. Este modelo determina as etapas para a função de auditoria interna se desenvolver desde o estágio inicial até um estágio mais avançado e eficaz. O modelo auxilia na autoavaliação, capacitação e desenvolvimento de carreira. A premissa básica é que se o processo ou prática não pode ser repetido, ele não pode ser melhorado. (IIARF, 2009)

Segundo o IIARF (2009), o IA-CM é: a) uma ferramenta de comunicação, porque comprova o que é uma auditoria interna eficaz e sua importância para os tomadores de decisão; b) uma estrutura de avaliação, porque avalia a relação entre os padrões profissionais e a maturidade da auditoria interna relacionada com a prática; c) um roteiro para melhorar esta atividade de forma ordenada, pois define as etapas a serem seguidas para estabelecer e fortalecer a auditoria interna.

O principal objetivo do modelo IA-CM é melhorar a eficácia das atividades de auditoria interna no setor público global e determinar os aspectos básicos para atingir esse objetivo (IIARF, 2009). O modelo é uma ferramenta de autoavaliação e melhoria contínua para a função de auditoria interna do setor público. (RENSBURG, 2014)

A estrutura do IA-CM é composta por 5 (cinco) níveis de maturidade e progresso, 6 (seis) elementos de auditoria interna e 41 (quarenta e uma) áreas de processos-chave (*Key Process Areas – KPAs*) (IIARF, 2009). Cada nível de maturidade é composto por vários KPAs os quais estão associados aos 6 (seis) elementos. Os KPAs demonstram o que deve ser colocado em prática e sustentando para que a atividade de auditoria possa evoluir para o próximo estágio (IIARF, 2009).

A Figura 1 apresenta a Matriz de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna.

Matriz de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna						
	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Accountability	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 – Otimizado	AI reconhecido como agente-chave de mudança - KPA 5.1	Envolvimento da liderança com organizações profissionais - KPA 5.3	Melhoria Contínua de Práticas Profissionais - KPA 5.5	Resultado e valor alcançados para a organização - KPA 5.6	Relações efetivas e permanentes - KPA 5.7	Independência, poder e autoridade da Atividade de AI - KPA 5.8
		Projeção da força de trabalho - KPA 5.2	Planejamento estratégico da AI - KPA 5.4			
Nível 4 – Gerenciado	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles - KPA 4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão - KPA 4.4	Estratégia de auditoria alavanca a gestão de risco da organização - KPA 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas - KPA 4.6	CAI aconselha e influencia a mais Alta Gerência - KPA 4.7	Supervisão independente das Atividades de AI - KPA 4.8
		A Atividade de AI apoia classes profissionais - KPA 4.3				
		Planejamento da força de trabalho - KPA 4.2				
Nível 3 – Integrado	Serviços de consultoria - KPA 3.2	Criação de equipe e competência - KPA 3.5	Estrutura de gestão da qualidade - KPA 3.7	Medidas de desempenho - KPA 3.10	Coordenação com outros grupos de revisão - KPA 3.12	CAI Informa à Autoridade de Mais Alto Nível - KPA 3.15
	Auditorias de desempenho / value-for-money - KPA 3.1	Profissionais qualificados - KPA 3.4	Planos de auditoria baseados em riscos - KPA 3.6	Informações de custos - KPA 3.9	Componente essencial da equipe de gestão - KPA 3.11	Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI - KPA 3.14
		Coordenação de força de trabalho - KPA 3.3		Relatórios de gestão de AI - KPA 3.8		Mecanismos de financiamento - KPA 3.13
Nível 2 – Infraestrutura	Auditoria de conformidade - KPA 2.1	Desenvolvimento profissional individual - KPA 2.3	Estrutura de práticas profissionais e de processos - KPA 2.5	Orçamento operacional de AI - KPA 2.7	Gerenciamento dentro da Atividade de AI - KPA 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização - KPA 2.10
		Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas - KPA 2.2	Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas - KPA 2.4	Plano de negócio de AI - KPA 2.6		Fluxo de reporte de auditoria estabelecido - KPA 2.9
Nível 1 – Inicial	Ad hoc não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão ocupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos-chave.					

Figura 1: Matriz de uma página

Fonte: Adaptada de *The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF)*. (2009).

De acordo com Macrae (2010), forma-se uma escala de maturidade, onde os níveis de capacidade são progressivos e, para cada nível foram identificadas e associadas atividades da auditoria e meios para implementá-las.

Portanto, cada estágio de competência corresponde a um conjunto de necessidades básicas, essenciais para o desenvolvimento de uma organização para um ambiente mais profissional e implementado. Portanto, as capacidades de cada nível formam a base para atividades eficazes de auditoria interna e permitem a implementação do próximo nível. (IIARF, 2009; Gils, 2012)

Segundo o IIARF (2009), os 5 (cinco) níveis de maturidade de uma auditoria interna são:

- Nível 1 – Inicial: a auditoria não possui práticas sustentáveis e depende dos esforços individuais;
- Nível 2 – Infraestrutura: práticas e procedimentos são sustentáveis e repetidos;
- Nível 3 – Integrado: gerenciamento da auditoria interna e práticas profissionais uniformes;
- Nível 4 – Gerenciado: a auditoria interna integra as informações da organização para aprimorar governança e gerenciamento de risco; e
- Nível 5 – Otimizado: a auditoria interna tem contínuo aprendizado tanto dentro quanto fora da organização.

Os elementos de auditoria interna, segundo o IIARF (2009) são 6 (seis), sendo que os 4 (quatro) primeiros estão relacionados ao gerenciamento e as práticas de auditoria interna da própria atividade, e os outros 2 (dois) também incluem o relacionamento da atividade de auditoria interna com a organização que ela suporta e os ambientes interno e externo. São eles:

- Serviços e Função da Auditoria Interna;
- Gestão de Pessoas;
- Práticas Profissionais;
- Gestão de desempenho e accountability;

- Relacionamento e cultura organizacional, e;
- Estruturas de governança.

Os KPA são a expressão de um elemento em um único nível de capacidade. Eles identificam o que deve ser praticado e sustentado nesse nível de capacidade para que a atividade da autoria interna possa avançar para o próximo nível. Os KPAs são compostos por objetivo, atividades essenciais, produtos, resultados e práticas institucionalizadas. As atividades essenciais dos respectivos KPA devem estar presentes e internalizadas na cultura da organização, para que a organização atinja um determinado nível de capacidade. (IIARF, 2009)

2.2. Auditoria Interna em Universidades Federais

A auditoria interna na esfera privada tem ganhado destaque, evidenciando sua importância, e isso vem influenciando de maneira positiva a auditoria interna governamental. De acordo com Alves e Reis (2005), a não disposição dos poderes públicos a fiscalização é uma das principais dificuldades que os auditores públicos enfrentam. No setor público, a auditoria interna serve como um meio de controle social, sendo formada por um “conjunto de procedimentos e técnicas que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, dos atos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais dos bens públicos”.

Segundo Rodrigues (2017), a Auditoria no Setor Público deve atuar com o intuito de aprimorar os processos de gestão e transparência por meio da prestação de contas de modo preventivo e proativo, e não com viés punitivo.

O Decreto n.º 3.591 de 06 de setembro de 2000, normativo que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Federal, define que as universidades federais brasileiras, algumas constituídas sob a forma de autarquias e outras de fundações públicas, devem possuir em sua estrutura organizacional uma unidade de auditoria interna, ou, no mínimo, um auditor interno responsável pelo controle interno, de acordo com o artigo 14.

A Constituição Federal Brasileira prevê três formas de controle na Administração Pública Brasileira, no contexto federal, e uma delas é:

a) O Controle Interno, que é exercido por meio dos órgãos de fiscalização e controle, estabelecido no artigo 74 da Constituição Federal (CF), cuja finalidade é a comprovação da legalidade dos atos praticados e a avaliação dos resultados dos órgãos e entidades da Administração Federal quanto à eficácia e à eficiência da gestão governamental, financeira e patrimonial.

Além da análise documental, os auditores internos das universidades têm que analisar e projetar possibilidades para o futuro da gestão a fim de embasar orientações e decisões dos altos gestores. Isso exige desses profissionais um perfil técnico e com foco também na gestão, já que seu trabalho deixou de ser apenas verificação dos registros da organização. (RODRIGUES, 2017)

O papel da auditoria interna das universidades vai além ao auxílio ao gestor na tomada de decisões, e seus trabalhos devem ser divulgados não somente para as unidades auditadas ou órgãos de controle, eles podem servir, também, a população para que essa possa exercer o controle social e acompanhar como está o desenvolvimento do trabalho público, bem como as finanças daquela entidade. (RODRIGUES, 2017)

2.3. Pesquisas Anteriores

Andrade (2018) verificou o nível de maturidade da auditoria interna da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE), a partir do modelo de capacidade para auditoria do setor público, IA-CM. Realizou coleta de dados, observação participante, aplicação de questionário, entrevistas e análise documental para analisar o nível de capacidade do órgão. Após a análise dos dados obtidos, a autora concluiu que a auditoria interna analisada alcançou o Nível 1 de maturidade, visto que não tem todos os processos do Nível 2 institucionalizados. No nível em que o órgão foi classificado, os processos não são estruturados e institucionalizados, em que nem todas as práticas são executadas de maneira consistente.

Santos (2020) analisou em sua pesquisa a institucionalização ou não do KPA 2.3 do modelo IA-CM, referente ao Desenvolvimento Profissional Individual, na auditoria interna da Universidade de Brasília. Para o estudo, utilizou-se de análise de documentos e entrevistas com auditores internos e com o Auditor-Chefe do órgão para o entendimento e esclarecimentos sobre práticas, procedimentos e políticas/diretrizes sobre a consistência do processo. Após a análise dos dados, constatou-se o KPA analisado está “integralmente implementado”. Entretanto, o autor destaca que a auditoria interna não alcançou o Nível 2 -

Infraestrutura de maturidade do modelo IA-CM.

MacRae e Gils (2014) basearam seu estudo no Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IA-CM) e realizaram uma comparação com as estatísticas da Pesquisa Global de Auditoria Interna de 2010 do Instituto de Auditores Internos (IIA). Dentre as 13.500 respostas da pesquisa, 2.284 foram de profissionais do setor público, de 107 países. O estudo buscou responder quais são as capacidades mais desenvolvidas das atividades de auditoria interna do setor público, onde é necessário que haja mais desenvolvimento e as principais diferenças entre as regiões.

Alguns dos resultados obtidos no estudo foram: boa parte das auditorias internas apresentam níveis de maturidade do IA-CM baixos, ficando no nível 1 (Inicial) ou no nível 2 (Infraestrutura); a maioria dos entrevistados classificou suas atividades como sendo independentes, objetivas e de consultoria. Entretanto, foi indicado que é necessário que sejam implementadas internamente práticas de governança mais eficazes para dar suporte a independência da auditoria interna, bem como esforço para a implementação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).

Donin et al (2019) realizaram um estudo de autoavaliação da maturidade organizacional da atividade de auditoria interna exercida pela CGU, baseado no modelo IA-CM. A pesquisa se limitou a verificar os níveis 2 (Infraestrutura) e 3 (Integrado) do modelo de maturidade, para que resultasse no estabelecimento de um plano de ação para aqueles processos ou que não existem ainda ou que não estão institucionalizados. Foi utilizada revisão e consulta de normativos, entrevistas, entre outros métodos para percepção de evidências.

Os resultados obtidos por Donin et al (2019) foram que de acordo com as informações analisadas, a CGU apresenta um elevado grau de atendimento aos KPAs do nível de maturidade 2 (Infraestrutura) e em relação ao nível 3 (Integrado) há alguns processos que estão implementados, mas ainda há muito o que ser feito. Essa pesquisa resultou na Nota Técnica nº 843/2019/CGMEQ/SFC.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a obtenção, verificação e análise dados foram utilizados os seguintes

procedimentos metodológicos: análise qualitativa, do tipo exploratória com análise documental e utilizando, também, a ferramenta de entrevista. Então, foram realizadas análises dos conteúdos dos documentos, bem como a exploração desses na busca de alguma evidência de institucionalização ou prática de normas ou processos, além de entrevistas realizadas com os auditores internos e com o Auditor-Chefe da Universidade de Brasília.

3.1. Perfil da amostra

O IA-CM está dividido em 5 níveis de qualidade de gestão e 6 áreas de processo, conforme a figura 1.5. O KPA analisado é o 2.4, denominado “Plano de Auditoria baseado nas Prioridades da Gestão e das Partes Interessadas”. Ele faz parte do 2º nível na estrutura do modelo e tem o foco na área de práticas profissionais. (IIARF, 2009)

Em relação às práticas profissionais no nível 2 “Infraestrutura” do IA-CM é esperado que a auditoria interna do órgão analisado cumpra alguns requisitos, como: a realização do Plano de Auditoria Interna periódico que guiará os trabalhos da AUDIN baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas. Os auditores também devem desenvolver políticas, processos e procedimentos que vão orientar a atividade da auditoria interna, fornecendo orientação quanto a gestão dos trabalhos, além de mostrar conformidade com as práticas e padrões de auditoria. (IIARF, 2009)

Então, os processos apresentados nos KPA são dominados quando a auditoria interna da unidade analisada mostrar que conseguiu implementar e institucionalizar as atividades propostas no modelo apresentado pelo IIA. Especificamente no KPA 2.4, a audin precisa ter as atividades apresentadas no parágrafo anterior de forma de forma sustentáveis e repetíveis para que possa avançar para um próximo nível.

3.2. Procedimentos de análise

Primeiramente foi elaborado o checklist de verificações propostas, o Apêndice A, e com isso foi realizada a pesquisa documental para identificar as normas e procedimentos que comprovam a realização e/ou institucionalização do processo analisado. Após esse processo, foi elaborado o checklist, Apêndice B, com os processos não que foram identificados institucionalização na unidade de auditoria interna.

Então, com base no Apêndice B foi realizada entrevista com 4 auditores, visando verificar se os planos de auditoria são baseados nas prioridades da gestão e das partes interessadas, e com o Auditor-Chefe da Auditoria Interna da UnB, a fim de obter evidências sobre a institucionalização do KPA 2.4. O checklist aplicado na entrevista teve como foco o entendimento dos processos, normas e mudanças que precisam ser realizadas e institucionalizadas na AUDIN da UnB e das melhorias realizadas que não foram identificadas na pesquisa documental.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Auditoria Interna da UnB

A Auditoria Interna da Universidade de Brasília é o órgão de assessoramento do Conselho de Administração (CA), que tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional da UnB. Além disso, segundo o Regimento Interno (RI) da Audin, é uma atividade independente e objetiva de consultoria e de avaliação, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Importante destacar que a Audin da UnB reporta ao(à) Presidente do Conselho de Administração e Reitor(a) da UnB, o que demonstra a independência, que para esse órgão é fundamental para realização de seus trabalhos. Por mais que o reporte seja para o reitor, ainda há todo o comitê do conselho para tomada de decisão, ao invés de se reportar apenas e diretamente para o reitor(a) da universidade.

Os princípios que norteiam as atividades da Audin, segundo o RI, são: “Observância à missão constitucional e estatutária da UnB; Alinhamento com as estratégias, objetivos e riscos da UnB; Integridade; Proficiência e zelo profissional; Objetividade; Qualidade e melhoria contínua; Autonomia técnica; e, Comunicação eficaz.”

A Audin da UnB se estrutura, segundo seu RI, da seguinte forma: “Auditor-Chefe; Auditor-Chefe Adjunto; Equipe Técnica de Auditoria; e, Secretaria Administrativa.”

Além da estrutura formal estabelecida pelo Regimento Interno, há a apresentação de

equipes no Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Auditoria Interna da Universidade de Brasília 2020-2022, formadas especificamente para algumas atividades, são elas:

I – Divisão de Consultoria e Monitoramento (DCM)

II – Divisão de Execução de Auditorias (DEA)

III – Divisão de Avaliação de Controles e Riscos (DCR)

Segundo o Regimento Interno, algumas das competências da Audin, entre outras, são:

I – Adotar sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios de sua atuação, que devem ser consolidados no Relatório Anual de Auditoria;

II – Comunicar bimestralmente o desempenho da atividade de auditoria interna à Administração Superior da UnB e anualmente ao Conselho de Administração;

III – instituir Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), o qual deve prever avaliações internas e externas, orientadas para a avaliação da qualidade e a identificação de oportunidades de melhoria das atividades da Auditoria Interna da UnB;

IV – elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), de forma a identificar, de maneira técnica, os trabalhos a serem realizados prioritariamente no exercício seguinte ao de sua elaboração, considerando as estratégias, os objetivos, as prioridades e as metas da Universidade de Brasília, os riscos a que os seus processos estejam sujeitos e as expectativas da Alta Administração da UnB;

V – Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), de forma a apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria interna e os trabalhos técnicos realizados no exercício anterior, assim como outras informações definidas em normas aplicáveis à atividade de auditoria interna.

4.2. Análise descritiva dos dados

Segundo o IIARF (2009), o modelo IA-CM para o setor público pode servir para a própria auditoria fazer uma autoavaliação, capacitação da unidade e/ou benchmark com outros órgãos de auditoria interna. Dentre os 5 níveis de capacidade, a Audin da UnB se encontra no nível 1 de capacidade, como é citado no RAINTE 2019 da unidade.

Esta pesquisa se limita a analisar o KPA 2.4 do modelo IA-CM, com relação ao Plano de Auditoria baseado nas Prioridades da Gestão e das Partes Interessadas, da Universidade de Brasília, que, segundo o Regimento Interno da Auditoria Interna da UnB, aprovado pela Resolução do Conselho de Administração da UnB nº 0021/2019, é uma de suas competências.

Para a análise e constatação de institucionalização das práticas estabelecidas pelo IA-CM, foram verificados os Plano de Anual de Auditoria Interna dos anos de 2019 e 2020, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Auditoria Interna da Universidade de Brasília 2020-2022, o Regimento Interno da Auditoria Interna, que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 0021/2019, o Relatório Final da Comissão – ATO AUD 01/2020, que tem como projeto a implementação do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) na unidade, e o Ato da Auditoria nº 05/2020, que implementa o PGMQ na Audin.

O KPA 2.4 tem 1 objetivo e 8 atividades essenciais que a organização precisa estabelecer para que se possa verificar que o KPA foi institucionalizado e dominado pela organização. O objetivo do KPA 2.4 do IA-CM é “desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias e/ou outros serviços, baseados em consultas com a gestão e/ou com outras partes interessadas (stakeholders).”

Em cada uma das atividades essenciais há uma série de verificações propostas pelo modelo e também as possíveis evidências, ou seja, aquilo que pode servir como uma prova, um sinal, que o órgão realiza aquela atividade ou a tem como norma, política, diretriz, orientação, entre outros.

No Quadro 1, apresenta-se os resultados da pesquisa documental, que buscou identificar essas ações, políticas, diretrizes, entre outras, por meio da disponibilização online dos documentos relativos a Auditoria Interna da UnB.

Verificações da pesquisa documental:

Quadro 1 - Resultados da pesquisa documental

Verificações Propostas - Existência	Sim	Não	Em parte
1. As políticas ou normas de auditoria da UAIG preconizam a identificação e documentação do universo de auditoria (objetos passíveis de serem auditados na organização)?	X		

2. Existem diretrizes, práticas ou orientações que estabeleçam os procedimentos operacionais relativos à identificação e à documentação do universo de auditoria?		X	
3. As políticas ou normas de auditoria da UAIG estabelecem diretrizes relativas à revisão periódica do universo de auditoria ou à revisão em situações de mudanças significativas no ambiente interno ou externo da organização?	X		
4. Houve disseminação dessa prática/orientação?	X		
5. As políticas ou normas de auditoria da UAIG estabelecem orientações quanto à periodicidade para o plano de auditoria?	X		
6. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a realização de consultas à alta administração e/ou a outras partes interessadas, a fim de identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de AI?	X		
7. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a identificação dos trabalhos de auditoria, incluindo as auditorias periódicas, a serem inseridas no plano e que outros serviços a atividade de Auditoria Interna fornecerá à organização?			X
8. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a determinação dos objetivos e do escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se aplicável?			X
9. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê orientação quanto à previsão do montante global de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria e de outros serviços a serem prestados?	X		
10. Existem mecanismos de facilitação e de padronização do processo de estimativa do montante de recursos necessários para cada trabalho de auditoria/outras serviços, a exemplo da definição de parâmetros de custos financeiros, horas de trabalho, perfil e competência dos auditores, etc?	X		
11. As políticas ou normas da UAIG consideram a possibilidade de previsão de outras estratégias, além do disponível no quadro de pessoal da UAIG, para obtenção das capacidades humanas necessárias para cumprir o plano periódico de auditoria?	X		
12. As políticas ou normas da UAIG preconizam a necessidade de aprovação dos planos anuais de auditoria pela alta administração/Conselho?	X		
13. A UAIG realiza a identificação/atualização de todos os objetos de auditoria da organização e documenta o universo de auditoria?	X		

14. A UAIG elabora os planos de auditoria na periodicidade prevista?	X		
15. Durante o processo de planejamento periódico da UAIG, são realizadas consultas à alta administração e/ou outras partes interessadas, a fim de identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de AI?	X		
16. A UAIG levou em consideração na elaboração do seu planejamento periódico as áreas/temas considerados prioritários pela alta administração e/ou por outras partes interessadas?	X		
17. A alta administração e/ou outras partes interessadas entendem que suas prioridades foram consideradas quando do processo planejamento das atividades da UAIG?	X		
18. Os planos periódicos de auditoria indicam os trabalhos de auditoria, incluindo as auditorias periódicas, e outros serviços que a atividade de AI fornecerá à organização?			X
19. Os planos periódicos de auditoria apresentam informações mínimas sobre os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria e outros serviços previstos, se aplicável?			X
20. Os planos periódicos de auditoria apresentam informações relativas à estimativa do montante de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria/outros serviços?	X		
21. Os planos periódicos de auditoria contemplam a combinação das fontes/mecanismos de obtenção das capacidades humanas exigidas para realizar o plano (de dentro da atividade de AI ou através de colaboração ou terceirização), quando necessário?	X		
22. Os planos periódicos de auditoria são aprovados pela alta administração e/ou Conselho?	X		

Fonte: Elaborado pelo autor

Resultados das verificações propostas:

1) O PAINTE 2019 em sua seção III e o PAINTE 2020 em seu ponto 4 demonstra todos os temas que foram avaliados para possível realização de auditoria interna nos respectivos anos.

2) Não foi identificado, nos documentos analisados, normas, diretrizes ou orientações relativas à identificação e à documentação do PAINTE.

3 e 4) O Regimento Interno da Auditoria Interna em seu artigo 6º, inciso X, determina

o monitoramento constante do atendimento das recomendações feitas pela Alta Administração da UnB e pelos órgãos de controles externos, como consta no PAIN'T, destacado na resposta da 1ª pergunta. Além disso, há na seção VII do PAIN'T 2019 e no ponto 8 do PAIN'T 2020 o detalhamento do monitoramento das atividades e trabalhos da auditoria interna.

5) O Regimento Interno da Auditoria Interna da UnB em seu artigo 6º, inciso XV, aponta que o PAIN'T deve identificar os trabalhos a serem realizados no exercício seguinte ao da elaboração.

6) O Regimento Interno da Audin artigo 6º, inciso X, e os PAIN'T 2019 e 2020 preveem a realização de consultas e observação das expectativas da alta administração da FUB, alinhando também o PAIN'T ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022 da UnB.

7) O PAIN'T 2019 em sua seção III e o PAIN'T 2020 em seu ponto 4 demonstram todos os temas que foram avaliados para possível realização de auditoria interna e como foram feitas as escolhas dos trabalhos a serem realizados, que nos documentos analisados foram selecionados pro meio de metodologia de fatores de risco.

8) O PAIN'T 2019 não apresenta essa informação, porém o PAIN'T do exercício 2020 apresenta os objetivos e escopos para cada trabalho de auditoria a ser realizado no APÊNDICE E – Cronograma de Execução das Ações do PAIN'T 2020. Além dessa informação, é apresentado os Riscos/Relevância de cada auditoria, bem como o período a ser realizada e a quantidade de horas planejadas para aquele trabalho.

9) O PAIN'T 2019 não apresenta essa informação, enquanto o PAIN'T 2020 demonstra, por meio do APÊNDICE F – Sistemática de Estimativa e Mensuração do Custo das Auditorias/Trabalhos de Consultoria, o tema abordado, o macroprocesso correspondente do trabalho, a quantidade de hora/auditor, o custo estimado e o custo total de cada uma das auditorias e consultorias a serem realizadas.

10) O PAIN'T 2020 padronizou a estimativa do montante de recursos necessários para os trabalhos por meio de Hora/Auditor, que verifica o valor de remuneração mensal de cada auditor interno ou assistente administrativo e divide-se pela quantidade de horas a serem trabalhadas, encontrando, assim, o valor de Hora/Auditor e Hora/Assistente Administrativo.

Após essa etapa, multiplica-se o valor encontrado pela quantidade de horas estimadas para o trabalho de auditoria.

11) Os PAIN'T 2019 e 2020 abordam o tema de capacitação da equipe da Audin, que é uma maneira de obtenção de capacidades humanas, pois após um treinamento realizado por um auditor ele poderá realizar um trabalho que não tinha o conhecimento anteriormente. Além disso, segundo o Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2020-2022, está prevista a realização de 60 horas de capacitação por ano, para cada servidor da Audin. Esse número é maior do que as 40 horas anuais de capacitação foram estabelecidas pela IN 9/2018, da CGU, que trata sobre o PAIN'T e o RAIN'T.

12) O Regimento Interno da Auditoria Interna em seu artigo 1º, no Parágrafo único, estabelece que a Audin reporta ao Presidente do Conselho de Administração e Reitor(a) da UnB. O PAIN'T 2020 também deixa claro que é esperado que o plano anual de auditoria interna atenda as expectativas da alta administração da UnB.

13) O PAIN'T 2019 em sua seção III e o PAIN'T 2020 em seu ponto 4 demonstram todos os temas que foram avaliados para possível realização de auditoria interna nos respectivos anos.

14) A Auditoria interna da Universidade de Brasília elabora o Plano Anual de Auditoria Interna anualmente, e podem ser acessados por meio do sítio eletrônico do órgão.

15) Os PAIN'T 2019 e 2020 apresentam na Introdução que se buscou na elaboração do documento observar as expectativas da alta administração da UnB, que para o PAIN'T 2020 foi realizado por intermédio de questionário online.

16) Os PAIN'T 2019 e 2020 apresentam na Introdução que buscou alinhar perspectivas de atuação e das diretrizes institucionais da UnB, e partir disso estabelecer temas possíveis para avaliação da auditoria.

17) Os PAIN'T 2019 e 2020 analisados foram aprovados e realizados, ou seja, os documentos foram aprovados pela alta administração.

18) O PAIN'T 2019, na seção IV, descreve quais temas foram selecionados a partir da metodologia, bem como o PAIN'T 2020, que no ponto 5 trata dos trabalhos em função de

obrigações normativas e outros, e no ponto 6 que apresenta os temas dos trabalhos de auditoria que serão realizados, selecionados a partir da metodologia com base na avaliação de riscos.

19) Essa informação não consta no PAINTE 2019, entretanto o PAINTE do exercício 2020 apresenta os objetivos e escopos para cada trabalho de auditoria a ser realizado no APÊNDICE E – Cronograma de Execução das Ações do PAINTE 2020.

20) O PAINTE 2019 não apresenta essa informação. Por outro lado, o PAINTE 2020 demonstra no APÊNDICE F – Sistemática de Estimativa e Mensuração do Custo das Auditorias/Trabalhos de Consultoria quais temas foram escolhidos, quanto tempo estimado para aquele trabalho, o valor do custo por hora dos auditores internos e dos assistentes administrativos, resultando no custo total estimado da auditoria/consultoria.

21) O PAINTE 2019 detalha na seção V a Capacitação dos Integrantes da Auditoria Interna. O PAINTE 2020 apresenta uma evolução, demonstrando no ponto 7 o detalhamento sobre as ações de capacitação, a periodicidade do treinamento, a quantidade de servidores que irá realizar, custo e onde será feito, se será presencial ou virtual. Além disso, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2020-2022 também apresenta os mecanismos de capacitação e treinamento dos servidores do órgão, mapeando quais habilidades são mais necessárias e apresentando-as em um quadro.

22) Os PAINTE 2019 e 2020 analisados foram aprovados e realizados, ou seja, os documentos foram aprovados pela alta administração. A Audin reporta ao(à) Presidente do Conselho de Administração e Reitor(a) da UnB.

No Quadro 2, estão as perguntas, respostas e os resultados referentes as entrevistas realizadas com o Auditor-Chefe e os quatro auditores da auditoria interna da Universidade de Brasília.

Quadro 2: Entrevista com o Auditor-Chefe e com os Auditores Internos

Verificações Propostas – Existência	Sim	Não	Observações
1. Existem diretrizes, práticas ou orientações que estabeleçam os procedimentos operacionais relativos à identificação e à documentação do universo de auditoria?		X	

2. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a determinação dos objetivos e do escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se aplicável?	X		
3. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê orientação quanto à previsão do montante global de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria e de outros serviços a serem prestados?	X		
4. As políticas ou normas da UAIG consideram a possibilidade de previsão de outras estratégias, além do disponível no quadro de pessoal da UAIG, para obtenção das capacidades humanas necessárias para cumprir o plano periódico de auditoria?	X		
5. Os planos periódicos de auditoria apresentam informações mínimas sobre os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria e outros serviços previstos, se aplicável?	X		

Fonte: Elaborado pelo autor

Da análise das respostas dos entrevistados, verifica-se:

Segundo os auditores e o Auditor-Chefe, todos concordaram que ainda não há uma orientação ou diretriz que verse sobre os procedimentos operacionais para identificação e documentação do universo de auditoria. Porém, há expectativa que o Manual Operacional da Auditoria Interna seja elaborado e aprovado em breve, e que nele essa metodologia pode ser contemplada.

Atualmente, a Audin utiliza, segundo os entrevistados o Manual de Auditoria da CGU, o que direciona, mas não leva em consideração o ambiente de uma auditoria de Universidade Federal.

Além disso, com base nas repostas dos entrevistados e na pesquisa documental, ficou evidente os avanços alcançados pela auditoria interna da Universidade de Brasília após a publicação da IN 9/2018 da CGU, o que fez com que o PAINT esteja cada vez mais completo e de acordo com a norma.

Portanto, vale destacar que o resultado da pesquisa demonstra que a auditoria interna da Universidade de Brasília, dos vinte e dois processos verificados, apenas um não foi

encontrado, mas que pode ser implementado por meio da aprovação do Manual da Auditoria Interna da UnB, e outros quatro pontos que estão sendo realizados, mas ainda não estão de acordo com o modelo IA-CM e precisam ser melhorados.

Os resultados foram obtidos pela comparação dos processos realizados pela auditoria interna da UnB e os processos que sugeridos pelo modelo do IA-CM. Os pontos encontrados nessa pesquisa demonstram que o órgão pesquisado ainda necessita de melhorias apontadas no parágrafo anterior, segundo o modelo de capacidade da auditoria interna, mais especificamente no processo KPA 2.4 – Plano de Auditoria Interna baseado nas Prioridades da Gestão e das Partes Interessadas.

A necessidade de melhoria dos processos na auditoria interna pesquisada fica clara a partir do momento em que foram identificados processos que necessitam ser implementados ou que precisam ser aprimorados, vide resultados obtidos. O estudo demonstrou uma evolução do PAINT 2019 para o PAINT 2020, o que mostra que o órgão evoluiu, e a partir das entrevistas com os servidores também foi possível identificar que há o desejo e trabalhos em andamento que fazem e vão fazer com haja mais e significativos avanços no objeto de estudo pesquisado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma auditoria interna de qualidade é essencial para a credibilidade das informações e para verificar os mecanismos de controle existentes na instituição, além de atestarem a legalidade e a eficiência dos atos da administração, tem se destacado também a área de assessoramento à administração. Essas unidades vêm se tornando uma ferramenta cada vez mais importante para o apoio à gestão na tomada de decisão e alcance dos seus objetivos, e satisfação das partes interessadas.

A busca por melhoria dos processos e das unidades relacionados a auditoria interna do setor público tem, como um dos pontos principais, a adequação de procedimentos ao modelo de maturidade do Instituto dos Auditores Internos (IIA). Isso envolve realizar uma autoavaliação a partir do modelo para verificar em que nível o órgão se encontra, para que a partir desse ponto, planejar e implementar melhorias para os pontos que ainda precisam de

aprimoramento.

Observando esse modelo, a presente pesquisa buscou analisar a institucionalização das práticas relativas ao PAINT e a aderência ao modelo do IIA, com base no indicador KPA 2.4 do IA-CM na Universidade de Brasília.

Com o intuito de obter evidências e insumos para avaliar a existência e institucionalização de práticas relativas ao indicador na unidade foram analisados documentos, normas e procedimentos. Além disso, foram realizadas entrevistas com quatro auditores internos e com o Auditor-Chefe do órgão da UnB com o objetivo de verificar os pontos não identificados na análise dos documentos, visando identificar a ocorrência desses procedimentos.

Os resultados do estudo realizado, com relação a institucionalização do KPA 2.4 do IA-CM na auditoria interna da Universidade de Brasília, apresentam um alto grau de adequação nesse ponto. Dentre as vinte e duas verificações realizadas, apenas um processo que não foi encontrado via documentos e que ficou claro durante as entrevistas que ainda precisa ser implantado, e outros quatro pontos que são performados pela equipe, mas que precisam ser aprimorados para se adequarem ao modelo.

É esperado num futuro próximo que seja aprovado o Manual da Auditoria Interna da UnB. Com isso, o único ponto analisado com resposta negativa seria endereçado. Juntamente com os processos parcialmente implementados, que podem ser reforçados para serem institucionalizados, a Audin da UnB tem espaço para melhorias em relação ao Plano de Auditoria, que deve ser baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas.

O órgão de auditoria interna da universidade demonstrou boas práticas relacionadas ao processo de planejamento e elaboração do PAINT anual, principalmente com o PAINT 2020, que está bastante alinhado com o modelo que usado para comparação, o IA-CM. Com esforços em algumas áreas específicas poderá institucionalizar o KPA e, com isso, direcionar esforços para análise e implementação e melhoria em outras áreas do modelo.

A pesquisa não é capaz de avaliar qual o nível de maturidade da auditoria interna da Universidade de Brasília, visto que somente foi analisada uma variável dentro do nível 2 (Infraestrutura). Para que seja possível analisar o nível de maturidade é necessário que todos

os KPAs de um dos níveis de maturidade sejam analisados, para que assim, comece os esforços para implementação do próximo nível de maturidade.

Como sugestão para próximas pesquisa seria interessante a análise de outros indicadores do modelo de capacidade de auditoria interna (IA-CM) na Audin da UnB, focando nesse primeiro momento nos processos do nível 2 de maturidade. Além disso, esse trabalho é importante para as auditorias internas de qualquer universidade federal, visto que todas estão passando por um processo parecido de adequação às normas da CGU.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Lilian Zucareli Souza. REIS, Jorge Augusto Gonçalves dos. Auditoria interna no setor público. Artigo do IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.

BRASIL. Decreto n.º 3.591 de 06 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2017. Instrução Normativa n.º 3, de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília-DF, 09 junho de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018. Instrução Normativa n.º 9, de 2018. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília-DF, 09 de outubro de 2018.

BRASIL. Portaria CGU n.º 777, de 18 de fevereiro de 2019. Deliberação CCCI n.º 01/2019: Utilização das metodologias Internal Audit Capability Model (IA-CM) e Quality Assessment (QA), do Instituto dos Auditores Internos (IIA): Brasília, DF, seção 1, edição 36, p. 48, 20 fev. 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União, 2020. Auditoria Interna Governamental. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao>.

CARVALHAL, Fernando Luís de Sousa. Auditoria interna governamental: análise dos indicadores gerenciais das universidades federais brasileiras. Brasília, 2020.

DE ANDRADE, Fernanda Costa et al. Atividade de auditoria interna da Controladoria-Geral do estado de Minas Gerais. 2019.

DONIN, Leonardo Modesti et al. Autoavaliação da maturidade organizacional da atividade de auditoria interna exercida pela CGU com base no modelo IA-CM. 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

JANSE VAN RENSBURG, J. O. Internal audit capability: a public sector case study. (Doctoral dissertation) University of Pretoria, 2014.

JUNIOR, Alciran Coelho de Sousa. Perfil dos Membros das Unidades de Auditoria Interna das Universidades Federais Brasileiras. Brasília, 2019.

LINCZUK, Luciane Mialik Wagnitz. Governança aplicada à administração pública - a contribuição da auditoria interna para sua efetivação: um estudo em Universidades Públicas

Federais. Curitiba: UTFPR, 2012

MACRAE, Elizabeth; Van Gils, Diane. *Internal Audit Capabilities and Performance Levels in the Public Sector*. 2014.

RODRIGUES, Rubens Carlos. *A Atuação da auditoria interna nas universidades federais brasileiras*. 2017. 176 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2017.

SANTOS, Erisvaldo Alves dos. *Auditoria Governamental: a importância do desenvolvimento profissional da equipe de auditores*. Brasília, 2020.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. *Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade*. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017

The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF). (2009). *Internal audit capability model (IA-CM) for the public sector: overview and application guide*. Altamonte Springs.

The World Bank & Conselho Nacional de Controle Interno. (2016). *Validação Independente da Auto-avaliação IA-CM da Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF)*.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A - Checklist do Indicador (KPA) 2.4 – Plano de Auditoria baseado nas Prioridades das Gestão e das Partes Interessadas.

Verificações Propostas - Existência	Sim	Não	Em parte	Observações
1. As políticas ou normas de auditoria da UAIG preconizam a identificação e documentação do universo de auditoria (objetos passíveis de serem auditados na organização)?				
2. Existem diretrizes, práticas ou orientações que estabeleçam os procedimentos operacionais relativos à identificação e à documentação do universo de auditoria?				
3. As políticas ou normas de auditoria da UAIG estabelecem diretrizes relativas à revisão periódica do universo de auditoria ou à revisão em situações de mudanças significativas no ambiente interno ou externo da organização?				
4. Houve disseminação dessa prática/orientação?				
5. As políticas ou normas de auditoria da UAIG estabelecem orientações quanto à periodicidade para o plano de auditoria?				
6. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a realização de consultas à alta administração e/ou a outras partes interessadas, a fim de identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de AI?				
7. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a identificação dos trabalhos de auditoria, incluindo as auditorias periódicas, a serem inseridas no plano e que outros serviços a atividade de AI fornecerão à organização?				
8. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a determinação dos objetivos e do escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se aplicável?				
9. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê orientação quanto à previsão do montante global de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria e de outros serviços a serem prestados?				

10. Existem mecanismos de facilitação e de padronização do processo de estimativa do montante de recursos necessários para cada trabalho de auditoria/outras serviços, a exemplo da definição de parâmetros de custos financeiros, horas de trabalho, perfil e competência dos auditores, etc?				
11. As políticas ou normas da UAIG consideram a possibilidade de previsão de outras estratégias, além do disponível no quadro de pessoal da UAIG, para obtenção das capacidades humanas necessárias para cumprir o plano periódico de auditoria?				
12. As políticas ou normas da UAIG preconizam a necessidade de aprovação dos planos anuais de auditoria pela alta administração/Conselho?				
Verificações Propostas - Institucionalização				
13. A UAIG realiza a identificação/atualização de todos os objetos de auditoria da organização e documenta o universo de auditoria?				
14. A UAIG elabora os planos de auditoria na periodicidade prevista?				
15. Durante o processo de planejamento periódico da UAIG, são realizadas consultas à alta administração e/ou outras partes interessadas, a fim de identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de AI?				
16. A UAIG levou em consideração na elaboração do seu planejamento periódico as áreas/temas considerados prioritários pela alta administração e/ou por outras partes interessadas?				
17. A alta administração e/ou outras partes interessadas entendem que suas prioridades foram consideradas quando do processo planejamento das atividades da UAIG?				
18. Os planos periódicos de auditoria indicam os trabalhos de auditoria, incluindo as auditorias periódicas, e outros serviços que a atividade de AI fornecerá à organização?				

19. Os planos periódicos de auditoria apresentam informações mínimas sobre os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria e outros serviços previstos, se aplicável?				
20. Os planos periódicos de auditoria apresentam informações relativas à estimativa do montante de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria/outros serviços?				
21. Os planos periódicos de auditoria contemplam a combinação das fontes/mecanismos de obtenção das capacidades humanas exigidas para realizar o plano (de dentro da atividade de AI ou através de colaboração ou terceirização), quando necessário?				
22. Os planos periódicos de auditoria são aprovados pela alta administração e/ou Conselho?				

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista do Indicador (KPA) 2.4 – Plano de Auditoria baseado nas Prioridades das Gestão e das Partes Interessadas.

Roteiro Entrevista	Sim	Não	Em parte
1. Existem diretrizes, práticas ou orientações que estabeleçam os procedimentos operacionais relativos à identificação e à documentação do universo de auditoria?			
2. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê a determinação dos objetivos e do escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se aplicável?			
3. O processo de planejamento periódico da UAIG prevê orientação quanto à previsão do montante global de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria e de outros serviços a serem prestados?			
4. As políticas ou normas da UAIG consideram a possibilidade de previsão de outras estratégias, além do disponível no quadro de pessoal da UAIG, para obtenção das capacidades humanas necessárias para cumprir o plano periódico de auditoria?			
5. Os planos periódicos de auditoria apresentam informações mínimas sobre os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria e outros serviços previstos, se aplicável?			